



## TEMÁTICA LIVRE

# O nacionalismo nas matrizes ideológicas do discurso político: a argumentação no *impeachment* de Dilma Rousseff

*Nationalism in the ideological matrices of political discourse: argumentation in the Dilma Rousseff's impeachment*

*El nacionalismo en las matrices ideológicas del discurso político: la argumentación en el impeachment de Dilma Rousseff*

**Frederico Rios C. dos Santos<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-0496-8452](https://orcid.org/0000-0002-0496-8452)  
[fredericodesantos@gmail.com](mailto:fredericodesantos@gmail.com)

**Recebido em:** 20/1/2020

**Aprovado em:** 18/8/2020

**Publicado em:** 17/12/2020

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo verificar a veiculação de valores e de aspectos<sup>2</sup> dóxicos no discurso nacionalista do *impeachment* de Dilma Rousseff. Servindo-se do *corpus* representado pela votação na Câmara dos Deputados, pergunta-se se a introdução no discurso de uma cena nacionalista é acompanhada, por atração isotópica, de outros elementos afeitos ao discurso conservador, segundo os parâmetros de Bobbio (2011) e Charaudeau (2016). A pesquisa apontou para o fato de que a maioria dos votantes que apresentaram um discurso nacionalista empregou estratégias retóricas próprias da direita política conservadora, que votou massivamente pela saída da ex-presidente.

**Palavras-chave:** Discurso. Nacionalismo. Retórica. Parlamento. *Impeachment*.

**Abstract:** This work aims to verify the transmission of values and doxic aspects in the nationalist discourse of Dilma Rousseff's impeachment. Using the corpus represented by the votes in the Chamber of Deputies, one wonders whether the introduction in the discourse of a nationalist scene is accompanied, by isotopic attraction, of other elements related to the conservative discourse, according to the parameters of Bobbio (2011) and Charaudeau (2016). The research pointed to the fact that the majority of voters who presented a nationalist discourse employed rhetorical strategies typical of the conservative political right, which voted massively for the ex-president's departure.

**Keywords:** Discourse. Nationalism. Rhetoric. Parliament. *Impeachment*.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo verificar la transmisión de valores y aspectos dóxicos en el discurso nacionalista de la destitución de Dilma Rousseff. Utilizando el *corpus* representado por el voto en la Cámara de Diputados, uno se pregunta si la introducción en el discurso de una escena nacionalista está acompañada, por atracción isotópica, con otros elementos relacionados con el discurso conservador, de acuerdo con los parámetros de Bobbio (2011) y Charaudeau (2016). La pesquisa señaló que la mayoría de los votantes que presentaron un discurso nacionalista emplearon estrategias retóricas típicas de la derecha política conservadora, que votó masivamente por la partida de la expresidenta.

**Palabras-clave:** Discurso. Nacionalismo. Retórica. Parlamento. *Impeachment*.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

<sup>2</sup> Optou pela expressão "aspecto dóxico" na tentativa de se empregar um adjetivo o mais possível neutro em relação ao que Amossy (2018) denomina de "elementos dóxicos" (estereótipos, clichês, lugares comuns etc.), evitando, assim, a carga pejorativa desses termos.

## Introdução

A palavra *doxa* tem origem etimológica no grego antigo, sugerindo tratar-se de opiniões comuns que circulam na sociedade, representações majoritárias que se espriam, conformando os saberes coletivos e os pré-construídos culturais.

O artigo tem como objetivo verificar o emprego dessas opiniões comuns e de valores ligados ao nacionalismo, bem como observar se o mesmo, no *impeachment* de Dilma Rousseff, esteve associado ao discurso conservador. Para isso, lança-se mão do *corpus* representado pelos discursos da votação de admissibilidade do rito na Câmara dos Deputados.

Assim, em um primeiro tópico, é dado destaque à problematização do conceito de "*doxa*", especificamente no que diz respeito ao discurso conservador, com o auxílio de cientistas da linguagem como Amossy (2018), Grácio (2010), Plantin (2018) e Charaudeau (2016), assim como do filósofo político Bobbio (2011).

Na seção seguinte, faz-se uma análise quantitativa e outra qualitativa dos 511 pronunciamentos do *impeachment* na Câmara dos Deputados. O objetivo da análise quantitativa é o de obter uma visão panorâmica do *corpus* para procurar descrevê-lo com propriedade e servir como balizamento para as análises qualitativas (de cunho crítico, o cerne do trabalho) que se seguem.

Para a análise quantitativa, procurou-se, em um primeiro momento, categorizar os discursos de acordo, por exemplo, com a decisão (se "sim" ou "não" ao *impeachment*); com a referência ou não à palavra "Deus" ou à própria religião; com a citação ou não da própria família, da própria região eleitoral, entre outras constantes consideradas por Charaudeau (2016) e Bobbio (2011) como próprias do discurso político conservador. Isso para verificar se o uso de uma cena nacionalista no discurso é acompanhado, por atração isotópica, por outros traços comuns ao conservadorismo, segundo os autores em questão.

Em seguida, são selecionados discursos representativos de cada uma dessas constantes, para, à luz de referenciais teórico-metodológicos propostos pelos autores mencionados, entre outros

(discriminados quando das análises) proceder-se à crítica dos discursos.

## Os aspectos dóxicos da matriz ideológica do discurso político conservador

A conceituação do termo "*doxa*" é controversa. De acordo com o *Dicionário de Argumentação* de Plantin (2018), a palavra tem a origem etimológica no grego antigo, significando reputação, opinião ou o que é dito das pessoas ou coisas. São as representações majoritárias que se difundem na sociedade.

A palavra pode assumir uma valência negativa, remetendo à ideia de clichê, estereótipo, lugar comum, ideologia ou dogma (AMOSSY, *apud* PLANTIN, 2018). Essa é a visão de Rui Grácio:

[...] a inserção numa cultura leva-nos a pensar «culturalmente» e submete-nos às crenças e às descrenças estabelecidas, às confianças e às desconfianças que são a regra e, nesse sentido, tornam o discurso que se apresenta como próprio numa fala ventríloqua que se limita, ou pouco mais faz, do que articular tipos, estereótipos e clichês (GRÁCIO, 2010, p. 36).

No interior de uma Análise do Discurso que não se quer normativa, mas que busca compreender os modos de funcionamento do discurso na sociedade, a carga pejorativa de termos como "clichê" e "estereótipo" perde a sua razão de ser. Isso porque, partindo-se do pressuposto de que é da constituição da linguagem a remissão a um regime de crenças, então não faria sentido o analista elaborar juízos de valor acerca dos aspectos dóxicos que encontra nos discursos. Nas palavras de Amossy,

[...] é preciso conceber o estereótipo como um elemento dóxico obrigatório sem o qual não somente nenhuma operação de categorização ou de generalização seria possível, mas também nenhuma construção de identidade e nenhuma relação com o outro poderia ser elaborada. Como todo elemento dóxico, o estereótipo tem um papel importante na argumentação (AMOSSY, 2018, p. 131).

É por isso que Charaudeau (2007) busca se desvincular do ranço negativo das palavras estereótipos, clichês, lugares comuns etc. para adotar um termo mais neutro denominado "imaginários sociodiscursivos". De acordo com o linguista francês:

É a presença dessa suspeita [negativa] que torna difícil a recuperação da noção de estereótipo para tomá-lo como conceito. Em primeiro lugar, porque essa noção é dependente do julgamento de um sujeito, e porque esse julgamento, sendo negativo, oculta a possibilidade de que tudo que é dito guarda consigo uma parte de verdade [...]. É preciso conceder ao estereótipo a possibilidade de dizer ao mesmo tempo o falso e o verdadeiro. Todo dizer sobre o outro é, ao mesmo tempo, um dizer sobre si mesmo [...] (CHARAUDEAU, 2007, p. 1, tradução nossa).<sup>3</sup>

Nessa perspectiva, o que se denomina por estereótipo pode apresentar uma visão reducionista ou distorcida da realidade, mas, ao mesmo tempo, uma visão de mundo de um enunciador que é típica de uma dada sociedade. Trata-se de uma visão que é real, no sentido de que está aí, circulando, e que proporciona reações. De acordo com Amossy,

A análise da argumentação no discurso a concebe como enraizada em uma *doxa* que atravessa inconscientemente o sujeito falante, que a ignora porque está profundamente imerso nessa argumentação. Se a argumentação implica uma intencionalidade e uma programação, estas se revelam tributárias de um conjunto dóxico que condiciona o locutor, do qual ele está, muito frequentemente, longe de ter clara consciência. [...] O locutor, que se engaja em uma troca para pôr em evidência o seu ponto de vista, está tomado por um espaço dóxico que determina a situação de discurso em que ele argumenta, modelando a sua palavra até o centro de sua intencionalidade e de seu planejamento (AMOSSY, 2018, p. 112-113).

Em contexto de guerra cultural (SANTOS, 2020a, 2020b), alguns aspectos dóxicos mobilizados são os concernentes aos embates entre uma esquerda progressista e uma direita conservadora. Para Bobbio (2011) e Charaudeau (2016), existiriam constantes universais que caracterizariam os valores dos dois polos da polêmica, a despeito de idiosincrasias apresentadas no espaço e no tempo.

Apesar de o conceito de *doxa* não corresponder necessariamente ao de valor, uma análise daquela precisa passar por este. Por exemplo,

é difícil falar em opiniões comuns como "lugar de mulher é na cozinha", ou "mulher não é dona do próprio corpo, por isso toda forma de aborto deve ser criminalizada", sem passar pelo valor do patriarcado ou da família tradicional.

De acordo com Bobbio (2011), o valor mais compartilhado no polo da esquerda progressista da guerra cultural é o do igualitarismo. Assim, a *doxa* de que é preciso uma intervenção estatal para a promoção da igualdade entre os indivíduos é onipresente nesse cenário. Do outro lado da polêmica, da direita conservadora, o valor que se sobrepõe aos demais é o do mérito, seja ele econômico, de nascença, ou de pertencer a uma maioria, o que acaba por justificar algumas posições comuns que defendem a permanência de desigualdades.

Charaudeau (2016) possui uma visão semelhante. Para o autor, existiria um sistema de crenças que ele nomeia de "matrizes ideológicas". A matriz ideológica de direita é própria da crença segundo a qual a natureza se impõe sobre os homens, daí porque a desigualdade pode ser legitimada por ser consubstancial à natureza humana. O corolário desse regime de verdade é que determinadas relações de dominação seriam perfeitamente justificáveis.

Esse posicionamento, para Charaudeau (2016), possibilita a defesa de outros valores como o da família, na figura do patriarcado, uma ordem legitimamente hierárquica; o valor do trabalho, pensado como atividade vertical entre superiores (empresários) e inferiores (empregados); e o valor da nação, justificando a insurgência contra qualquer suspeito de invasão.

Esses valores da matriz ideológica de direita tenderiam, para Charaudeau (2016), ao conservadorismo, para que as estruturas hierárquicas na sociedade e na família se mantenassem; ao segregacionismo, dividindo visões de mundo; ao autoritarismo, para que não haja ameaça ao *status quo*; e ao patriarcado, no intuito de se manter um sistema de instrução familiar que conserve o "mérito natural" dos sujeitos.

<sup>3</sup> Do original: C'est la présence de ce soupçon [négatif] qui rend difficile la récupération de la notion de stéréotype pour en faire un concept. D'abord parce que cela signale que cette notion est dépendante du jugement d'un sujet, et que ce jugement en étant négatif occulte la possibilité que ce qui est dit renferme malgré tout une part de vérité [...]. Il faut accorder au stéréotype la possibilité de dire quelque chose de faux et vrai, à la fois. Tout jugement sur l'autre est en même temps révélateur de soi [...].

Em contrapartida, a matriz ideológica de esquerda, continua Charaudeau (2016) toma como princípio a possibilidade de o homem ser capaz de dominar a natureza, o que o estimula desconstruir desigualdades impostas pelo meio rumo a uma sociedade mais igualitária. Nesse regime de verdade, encontram guarita os discursos que busquem a supressão de privilégios e da discriminação, a solidariedade social e o laicismo. Daí porque a defesa de uma democracia plural, laica e inclusiva se faz uma constante nesse espectro ideológico.

No tópico seguinte, serão analisados esses regimes de crenças da guerra cultural nos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, ressaltando os aspectos dóxicos e valores que se apresentaram de forma mais significativa, no que diz respeito especificamente ao discurso nacionalista.

### Segregacionismo chauvinista

Segundo Charaudeau (2016), a opinião comum segundo a qual os pertencentes a um corpo nacional sejam reverenciados e considerados como superiores seria um traço da matriz ideológica de direita. A lógica dessa *doxa* nacionalista decorre da tendência ao segregacionismo, próprio do polo conservador da guerra cultural. Nas palavras do linguista francês,

[...] esse posicionamento engendra a defesa de certos valores, [como] o valor nação, fundador do corpo social, composto pelos filhos da Nação, constituindo o patrimônio identitário e justificando que possa ser repellido todo inimigo: inimigo interno, se este visa a desagregar o corpo social, ou inimigo externo, se seu objetivo é invadir (CHARAUDEAU, 2016, p. 36, tradução nossa).<sup>4</sup>

Analogamente, essa tendência segregacionista de considerar o lugar de nascimento ou morada como distinto, digno de nota, em detrimento dos demais, pode ser considerada como a mesma do chauvinismo regional. A forma Estado-Nação é relativamente recente na história da humanidade, remontando ao fim da Idade Média e início da

Idade Moderna, época do Renascimento e das Grandes Navegações. Entretanto, esse espírito de segregação inerente ao nacionalismo pode ser verificado em épocas bem anteriores em diferentes discursos conservadores.

Um exemplo é a *República* de Platão. Seu sistema educativo e de valores era voltado para a *polis*, para a Cidade-Estado. De acordo com Reale (2005), tudo que pudesse macular a república de Platão deveria ser extirpado do corpo social, inclusive os poetas, uma vez que seus discursos eram carregados de "vícios", por serem representações das representações, e não manifestação direta do sumo bem.

Platão se contrapunha aos Sofistas, acusados de corromperem a nação ao democratizarem o ensino sobretudo da Retórica, fazendo balançar os pressupostos da aristocracia grega. Considerados progressistas, os Sofistas, adversos ao bairrismo ateniense, pregavam o cosmopolitismo, concentrando suas atenções na universalidade da condição humana. A célebre máxima de Protágoras, um de seus expoentes, segundo a qual "o homem é a medida de todas as coisas" traduz bem esse ideal cosmopolita do progressismo da sofística, aponta Reale (2005).

Da mesma forma, a filosofia iluminista (que inspirou os ideais da Revolução Francesa consolidados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e que serviu de base para Declaração Universal dos Direitos Humanos, pedra angular do progressismo) era igualmente cosmopolita. Emmanuel Kant (1989), por exemplo, escreveu a *À Paz Perpétua*, obra na qual conclama a humanidade a se unir pela coexistência pacífica dos povos, tudo fundamentado em sua teoria do conhecimento exposta em *Crítica da Razão Pura* (1994). Para o filósofo, toda a humanidade possui a mesma cimentação cognitiva, uma vez que o conhecimento é filtrado por todos pelas categorias do espaço e do tempo.

Em contraposição, os movimentos conservadores observados na história da humanidade tenderam para o segregacionismo da identidade

<sup>4</sup> Do original: [...] ce positionnement engendre la défense de certaines valeurs [comme] la valeur Nation, fondatrice du corps social-peuple compose des enfants de la Nation, constituant le patrimoine identitaire, et justifiant que puisse être repoussé tout ennemi, ennemi intérieur s'il cherche à désagréger le corps social, ennemi extérieur s'il cherche à l'envahir.

nacional (ainda que não estritamente na lógica do Estado-Nação). Os mais diversos fascismos são reconhecidamente como promotores de um nacionalismo exacerbado. O lema nazifascista "Um povo, uma Nação, um Líder" é emblemático nesse sentido, observa Soucy (2019).

No Brasil, o movimento Integralista, da década de 1930, de inspiração fascista, foi um movimento conservador, antiesquerdista e ultranacionalista. De acordo com Trindade (2004), Plínio Salgado, um de seus principais idealizadores, exaltava o nacionalismo como fundamento de uma verdadeira revolução brasileira. Como se pode perceber pelo *Manifesto de 07 de outubro*, a doutrina integralista rejeita de forma agressiva o cosmopolitismo:

O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever [...] O nacionalismo para nós não é apenas o culto da bandeira e do Hino Nacional: é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da Pátria e do valor de um povo. Essa é uma grande campanha que vamos empreender.<sup>5</sup>

Com base em todos esses elementos, é possível afirmar, com Charaudeau (2016), que esse pensamento chauvinista, corolário do segregacionismo afeito à matriz ideológica de direita e conservadora, pode servir, em maior ou menor grau, para compreender os embates culturais que se realizaram durante o *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

Efetivamente, essa tendência se confirmou, na medida em que os partidos que mais reverenciaram a pátria ou a própria região (sobretudo neste caso) foram os mais considerados à direita, conforme classificação de vários estudos em Ciência Política<sup>6</sup>. É o que mostram os Gráficos 1 e 2, anexos, através de dados por nós coletados.

Pelo Gráfico 1, observa-se que os partidos tradicionalmente mais à esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático

Trabalhista (PDT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), são os que menos adotam um tom nacionalista, em sentido amplo, em relação ao país ou à região. As exceções são o Partido da Mulher Brasileira (PMB) e o Partido Ecológico Nacional (PEN). Entretanto, os dois partidos são considerados inexpressivos, uma vez que o PMB só dispunha de um deputado e o PEN, de dois.

O PMB, apesar do nome, não é feminista, mas feminino, de acordo com a sua presidente, Suêd Haidar (ARAÚJO, 2015). O partido, por exemplo, é contra a mudança da legislação do aborto e contra a legalização da maconha, além de defender o "fortalecimento da família", o que já o coloca em uma posição mais à direita no espectro político. Na época do *impeachment*, o único representante do partido, paradoxalmente, era um homem, Weliton Prado, de Minas Gerais.

Já o PEN, hoje Patriota, de um partido ecológico de centro quando do *impeachment*, hoje, após mudança de estatuto, transformou-se em um partido de extrema-direita, com pautas militaristas, autoritárias e antilaicistas (QUEM É CABO DACIOLO, 2018).

Quanto ao Gráfico 2, é possível perceber a discrepância entre os que votaram "sim" e os que votaram "não" ao *impeachment*, no que diz respeito a ter adotado ou não um tom de louvor à nação, entendida em sentido amplo. Os deputados favoráveis à destituição de Dilma Rousseff fizeram muito mais recurso ao discurso nacionalista do que os contrários, com taxas de 70,03% e 12,41%, respectivamente, lembrando que, como mostrado no Gráfico 3, existe uma associação entre um partido votar não ao *impeachment* e ele ser de esquerda, conforme a classificação dos estudos apontados *supra*.

Um voto fora do padrão foi o de Davidson Magalhães, do PCdoB (partido de esquerda), da Bahia. Para justificar/legitimar/referendar seu voto, isto é, para dizer, sub-repticiamente, que não é possível que Dilma Rousseff tenha cometido crime de responsabilidade, o deputado limitou-

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>. Acesso em: 3 out. 2019.

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre estudos que versem sobre a classificação dos partidos brasileiros no espectro ideológico do discurso político, *vide* Chacon (1985), Madeira e Tarouco (2013), Mainwaring (1999), Oro e Mariano (2010), Quadros (2015), Rodrigues (1987, 2002) e Zucco Jr. (2009).

-se a trazer referências de sua região eleitoral: "[...] em nome da minha região sul da Bahia, em nome da minha cidade Itabuna [...], não ao golpe. Não passará!" (BRASIL, 2016, p. 282).

Poder-se-ia argumentar que seja natural que os parlamentares, representantes que são do povo que os elegeu, voltem-se, no momento da votação do *impeachment*, à região que lhes conferiu votos. Entretanto, os deputados são eleitos com votos de todo o Estado da Federação. Alguns políticos chegam a citar até mesmo sua cidade, ruas ou zonas da mesma.

Além do mais, votar em nome de uma região significa partir do pressuposto de que ela é unívoca, sem fraturas, como se não houvesse dissensão política e diversidade de concepções. Como se não houvesse uma divisão cultural entre os eleitores contrários e a favor do *impeachment*.

Ressalte-se, ainda, que o objeto de discussão do *impeachment*, a suposta existência de crime de responsabilidade cometido pela presidente da República, é, por essência, federal, concerne a todos os brasileiros. Os impactos da destituição de Dilma Rousseff são estendidos a toda a população brasileira.

Os demais pronunciamentos seguiram a tendência mencionada, a de um voto com uma cena de direita conservadora, que reverencia a própria região ou a pátria, e que diz "sim" ao *impeachment*. Uma das estratégias mais usadas foi o destacamento de frases do hino nacional, transplantadas ou não para a realidade regional. É o caso de Abel Mesquita (DEM-RR): "Roraima, verás que o filho teu não foge à luta! [...]. Por uma Roraima desacorrentada, para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e por todas as famílias roraimenses, eu voto 'sim'" (BRASIL, 2016, p. 121).

Nesse proferimento, o deputado trata como verdadeiros nacionais as famílias roraimenses. Percebe-se, ainda, uma associação sugerida entre a permanência de Dilma Rousseff no poder e uma situação de acorrentamento do Estado de Roraima. É por isso que, sob a forma de protesto, Abel Mesquita conclama o direito constitucional de ir e vir.

Nota-se que o deputado passa ao largo da questão de fundo do *impeachment*. Essa estratégia

de não se observar a chamada regra da pertinência própria do contrato de comunicação (ANGENOT, 2008; GRICE, 1989), isto é, de se evadir do objeto de discussão para defender seu ponto de vista (ou atacar o adversário), é um recurso comum na Retórica da Guerra Cultural, como observado por nós em outro trabalho (SANTOS, 2019).

Também adotou o recurso de destacamento de frases de hinos para apoiar o *impeachment* o deputado Evandro Gussi (PV-SP):

Um dia, senhores, há pouco mais de 500 anos, homens inspirados também pela honra atravessaram o mar tenebroso para fundar aqui aquela que, **entre outras mil, és tu, Brasil, ó Pátria amada**. Nós, hoje, sob a cúpula da Câmara dos Deputados, aberta à vontade e aos anseios do povo brasileiro, temos também a missão de iniciar uma travessia por mares tenebrosos criados desta vez pelo atual Governo. Estamos unidos ao povo brasileiro para ecoar a sua voz. Esperamos que, no futuro próximo, o povo brasileiro também esteja ao nosso lado nos remédios amargos que o atual Governo nos obrigará a tomar. Temos certeza de que essa gente, de que essa **brava gente brasileira** não se furtará aos sacrifícios, não se furtará aos seus deveres cívicos. Senhores, os homens se revelam quando têm o poder ou quando têm medo. E o atual Governo se revelou no poder e se revelou agora no medo de perder o poder. O Brasil, hoje, senhores, percebe que o **sol da liberdade** pode voltar a **brilhar no céu da pátria**, mas desta vez não em **raios fúlgidos** [...]. Por isso votaremos "sim" ao *impeachment*! "Sim" ao Brasil! (BRASIL, 2016, p. 86, grifo nosso).

Evandro Gussi estabelece, nesse extrato, um paralelo entre a epopeia do descobrimento do Brasil e a epopeia do *impeachment*. Assim como os expedicionários tiveram de enfrentar "mares tenebrosos" para fundar "aquela que, entre outras mil, és tu, Brasil, ó Pátria amada" (uma frase do hino nacional), também os "heróis" do *impeachment* precisam enfrentar os mares tenebrosos representados pela situação na qual o então governo teria deixado o país.

É por isso que a "brava gente brasileira" (uma expressão destacada do hino da Independência) não poderá se furtar aos seus deveres cívicos de apoiar o *impeachment* para que "o sol da liberdade" possa brilhar "no céu da pátria" (outras expressões do hino nacional).

Assim, Evandro Gussi coloca seus opositores políticos de esquerda, que, em geral, são contra

o *impeachment*, na posição de não patrióticos, de inimigos da nação, contra os quais, portanto, deve-se guerrear.

Observaram-se ainda discursos que demonstraram nacionalismo/regionalismo, além de pelo destacamento de termos de hinos, também pela introdução de uma cena que lembra o discurso etnocêntrico. É o caso de Covatti Filho do Partido Progressista (PP-RS), que louva o seu orgulho por possuir um sangue farroupilha:

O meu sangue farroupilha é motivo de orgulho, orgulho porque o nosso Estado defendeu suas ideologias e por elas sempre lutou. Como diz o hino rio-grandense, "um povo sem virtude acaba por ser escravo". Honrando esse Rio Grande do Sul, eu voto "sim" ao *impeachment* (BRASIL, 2016, p. 125).

Covatti Filho, como se vê, não se limitou a se dirigir aos gaúchos, mas aos que de fato possuem "sangue farroupilha". Seu *jus sanguinis* confere dignidade e orgulho não aos que pagam impostos ao Estado, mas que, pela lei do útero, sejam seus legítimos descendentes. O espírito segregacionista ao qual se refere Charaudeau (2016), para qualificar a matriz ideológica da direita conservadora, portanto, faz-se também aqui presente.

Outros discursos que revelam essa tópica segregacionista buscaram estabelecer uma hierarquia, de uma forma ou de outra, entre regiões; demarcaram a singularidade natural de um lugar ou povo, escapando, portanto, da lógica igualitarista do discurso de esquerda. Um exemplo é a fala de Alex Manente, do então Partido Popular Socialista (PPS-SP):

Tenho a honra de iniciar a votação do **Estado mais forte do nosso País**. Em respeito à minha família, para honrar o futuro das minhas filhas, para ter fé no nosso País, trago aqui a representação de **uma das maiores regiões do nosso País**, que é o grande ABC paulista. **Trago também a bandeira da minha cidade**, São Bernardo do Campo. **É [...] por São Bernardo que eu voto "sim"**, pelo *impeachment* da Presidente (BRASIL, 2016, p. 180, grifo nosso).

Seguem lógicas semelhantes os proferimentos (grifos nossos): de Francisco Floriano, do Democratas (DEM-RJ): "[...] parabéns a todo povo que está na Av. Atlântica, na **cidade mais linda do**

**mun**do, Rio de Janeiro. Um abraço, Av. Atlântica! [...] Vem, Rio! *Impeachment* já! É desse jeito! Graças a Deus!" (BRASIL, 2016, p. 229-230); de Mandetta (DEM-MS): "[...] por causa das famílias, por causa de Campo Grande, **a morena mais linda do Brasil**, pelo meu Mato Grosso do Sul [...], o voto é 'sim'" (BRASIL, 2016, p. 156); de Carlos Henrique Gaguim, do Partido Trabalhista Nacional (PTN-TO): "[...]pela minha família, pelos meus amigos, **pelo melhor Estado**, o Tocantins, e por Palmas, eu voto 'sim'"; e, de uma forma mais sutil, de Luiz Fernando Faria, do então Partido Progressista (PP-MG): "[...] **pelos mineiros e pelos demais brasileiros**, o meu voto é sim" (BRASIL, 2016, p. 265).

Há quem emprestou à lógica segregacionista do nacionalismo contornos militaristas. Um exemplo foi o voto do deputado Rogério Peninha Mendonça, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-SC): "[...] pela cidade de Ituporanga, que me adotou, por Nova Trento, onde eu nasci, por toda Santa Catarina, pela **mudança do Estatuto do Desarmamento** [...], eu voto 'sim'" (BRASIL, 2016, p. 136).

Mais uma vez, aquele princípio da pertinência não teria sido observado, tentando-se desviar o objeto do *impeachment* para a pauta do campo cultural amigo. O conservadorismo do discurso não reside somente no chauvinismo de concepções, mas também por introduzir um tema caro a uma associação parlamentar chamada de "bancada da bala", que reivindica maior liberação do direito de portar armas por parte de "cidadãos de bem".

Rogério Peninha, em entrevista à revista Época (MOURA, 2015), defende que todo "pai de família" deve ter o direito de usar pelo menos 5.400 balas por ano. Seria facultado somente ao "homem de bem" (do sexo masculino, que fosse casado e pai de família) o direito de dispor da vida daquele que o ameace.

Rogério Peninha é o relator do PL3722, projeto de lei que prevê a revisão do estatuto do desarmamento. Sua justificativa é de que ele estaria "desamparado pela lei dos homens, mas amparado pela lei de Deus". E, assim, ele cita o Êxodo 22:2: "Se o ladrão for achado roubando e for morto, o que feriu não será culpado do sangue"

(MOURA, 2015). Assim, Peninha reitera aquela *doxa* segregacionista de direita segundo a qual "bandido bom é bandido morto". Trata-se de um discurso conservador em uma cena de discurso religioso, já que ampara seus argumentos com base em uma frase bíblica.

Essa é uma fala que vai de encontro com a Constituição da República, uma vez que o artigo 5, inciso XLVII, prescreve o banimento da pena de morte no sistema jurídico brasileiro. Além do mais, o primeiro artigo da Carta Constitucional, em seu inciso III, versa sobre um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, que é a da "dignidade da pessoa humana". Isso significa dizer todos os seres humanos, sejam eles culpados ou não por crimes que, porventura, possam vir a ter cometido, são sujeitos de direitos e, portanto, estão resguardados de qualquer ingerência em sua esfera jurídica, seja pelo Estado, seja por outrem. Isso porque o sistema penal brasileiro tem como princípio a ressocialização do delinquente, sua restituição à sociedade, e não sua aniquilação (artigos 10, 22, 28 da Lei 7.209/84<sup>7</sup>).

Segundo o art. 10, "a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade". O aspecto reabilitador da pena também fica patente na redação do art. 22, de acordo com o qual "a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade". No mesmo sentido, está o art. 28, que versa que "o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva".

O deputado Peninha parece então se comprometer menos com a nova ordem democrática pós-1988, do que com uma velha ordem autoritária, em que o Estado e sobretudo os coronéis (portanto, necessariamente homens), detinham o poder ilimitado de polícia sobre a população. Realizava-se um sistema penal que, longe de figurar sob os auspícios dos Direitos Humanos, constituía-se em um sistema de autotutela por meio do qual, na selva do "salve-se-quem-puder",

a dignidade estava restrita à esfera dos donos do poder e de seus capangas, como ressaltam Almeida (2007) e DaMatta (1986).

Para DaMatta (1986), essa iniciativa de Peninha estaria amparada em uma *doxa* social autoritária cristalizada no poder de mando de caudilhos, dada a ineficácia das leis e da autoridade do Estado, além do aspecto do que chama de "justiça facciosa", pensada para as classes dominantes. Tudo isso somado a uma sociedade com laços de solidariedade pouco sólidos. De fato, uma pesquisa realizada pelo *Latinobarómetro* reforça essa teoria, ao mostrar que o Brasil, entre os países latino-americanos, é o que apresenta menor índice de confiança interpessoal, com uma taxa de 4%, diante de uma média latino-americana de 14% (LATINOBARÓMETRO, 2018). Na mesma tendência, um estudo de Almeida (2007) mostra que apenas 15% dos brasileiros afirmam confiar nas demais pessoas que não nas do próprio círculo familiar.

Almeida (2007) compartilha do diagnóstico de DaMatta, mas faz a ressalva de que, na verdade, uma generalização sobre o Brasil arcaico não pode ser feita. A cultura do mando e caudilha, baseada em sistemas paralelos de autodefesa faria parte de uma parcela da população que o pesquisador chama de arcaica. Existiria um outro Brasil, mais moderno, progressista e urbano que tem entrado em confronto com o Brasil profundo dos resquícios coloniais.

Um outro voto que, adotando a tópica segregacionista do nacionalismo, demonstra esse aspecto de cultura autoritária, é o de Eduardo Bolsonaro, então no Partido Social Cristão (PSC-SP):

Pelo povo de São Paulo nas ruas, com o espírito dos revolucionários de 1932; em respeito aos 59 milhões de votos **contra o Estatuto do Desarmamento**, em 2005; **pelos militares de 1964**, hoje e sempre; **pelas polícias** e, em nome de Deus e da família brasileira, é 'sim' (BRASIL, 2016, p. 187, grifo nosso).

A Revolução de 1932, citada por Eduardo Bolsonaro, foi um movimento armado separatista e supremacista de São Paulo contra o governo do presidente Vargas. À maneira de Rogério

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art14](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art14). Acesso em: 16 nov. 2020.



Peninha, a referência aos militares de 1964 por parte de Eduardo Bolsonaro indica claramente um saudosismo em relação a um ordenamento pré-constituição de 1988, não comprometido com os ideais democráticos de justiça social e com as liberdades civis. A defesa de um estado policial também se faz patente em sua ode às polícias.

Além desse aspecto de chauvinismo, a Revolução de 1932 ainda guardava um caráter elitista. Segundo Boris Fausto:

O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos [...]. Uma imagem muito eficaz, na época, associava São Paulo a uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios – os vinte demais Estados da federação. [...] Muitas pessoas doaram joias e outros bens de família, atendendo ao apelo da campanha "Ouro para o bem de São Paulo" (FAUSTO, 1995, p. 346).

Como se viu, entre os votos nacionalistas/regionalistas citados acima, por atração isotópica, muitos parlamentares fizeram menção a outros lugares afeitos ao discurso conservador, de acordo com os pressupostos de Bobbio (2011) e Charaudeau (2016) mencionados *supra*. É o caso da referência à religião e/ou a Deus, bem como ao valor família ou ao Estado policial, por exemplo, de Eduardo Bolsonaro e de Rogério Peninha.

### Considerações finais

Uma das conclusões a que se chega, quanto à votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, é que os proferimentos foram atravessados por uma polêmica pública de fundo que concerne aos embates culturais presentes na sociedade brasileira. Dilma Rousseff, quando popular e quando o país não sofria os impactos de uma crise econômica, fazia parte de uma coligação bastante heterogênea, incluindo setores conservadores da sociedade, pertencentes às bancadas da bala, a ruralista e as religiosas, por exemplo.

No entanto, tendo sua popularidade caído, os impactos da crise econômica se fazendo

observar, e as manifestações conservadoras da população aumentando, através do acesso direto ao espaço público pelas redes sociais e das grandes marchas *pro-impeachment*, muitos deputados desembarcaram do governo, dando fim ao chamado "consenso de esquerda". Assim, os deputados favoráveis à saída da presidente foram, em sua maioria, aqueles que apresentaram marcas de um discurso da matriz ideológica da direita conservadora, de acordo com os critérios de Bobbio (2011) e Charaudeau (2016).

Efetivamente, entre os que votaram a favor do *impeachment*, percebeu-se o recurso predominantemente a aspectos dóxicos e a valores da direita conservadora, como a introdução de uma cena nacionalista nos pronunciamentos, seguida, por atração isotópica, de outros lugares afeitos a esse campo ideológico, com a menção aos valores da família tradicional, da ordem, e da religião. Do ponto de vista dos partidos, foram exatamente aqueles classificados como de direita, por meio de estudos em Ciência Política (como os de Oro e Mariano (2010) e de Rodrigues (2002), por exemplo), que encamparam a tese do *impeachment*.

Espera-se que o trabalho possa lançar luzes não só em relação aos estudos sobre o discurso político, notadamente no que diz respeito ao discurso nacionalista, mas que também possa subsidiar pesquisadores de diferentes áreas que se debruçam sobre a temática do *impeachment* de Dilma Rousseff.

### Referências

- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. São Paulo: Record, 2007.
- AMOSSY, Ruth. *A Argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANGENOT, Marc. *Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique*. Paris: Mille et une nuits, 2008.
- ARAÚJO, Thiago de. *Pro-união gay, contra o machismo e o aborto*: Partido da Mulher Brasileira é o 35.º do Brasil após decisão do TSE. Huffpost. 30 de ago. 2015. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/30/pro-união-gay-contra-o-machismo-e-o-aborto-partido-da-mulher-b\\_a\\_21689618/](https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/30/pro-união-gay-contra-o-machismo-e-o-aborto-partido-da-mulher-b_a_21689618/). Acesso em: 03 de out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura*, em 17 de abril de 2016. Sessão: 091.2.55.0. Departamento de taquigrafia, revisão e redação. Brasília: Câmara dos Deputados.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: Discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CHARAUDEAU, Patrick. Du discours politique au discours populiste. Le populisme est-il de droite ou de gauche? In: CORCUERA, F. et alii (org.). *Les discours politiques. Regards croisés*. Paris: L'Harmattan, 2016, p.32-43.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. (dir.). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Paris: L'Harmattan, 2007.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

GRÁCIO, Rui. *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*. 2010. 446f. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Braga, 2010.

GRICE, Paul. Logique et conversation. *Communications*, n. 30, 1979. <https://doi.org/10.3406/comm.1979.1446>

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LATINOBARÔMETRO. *Informe 2018*. Santiago: CAF, 2018.

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, 2013, p. 149-165. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>

MAINWARING, Scott. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MOURA, Marcelo. Rogério Peninha Mendonça: 'não é todo dia que ele vai atirar no marginal', *Época*, Rio de Janeiro, 24 de abr. 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/rogerio-peninha-mendonca-nao-e-todo-dia-que-ele-vai-atirar-no-marginal.html>. Acesso em: 5 fev. 2017.

ORO, Ari; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 10, n. 16, 2010, p. 9-34. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.17634>

PLANTIN, Christian. *Dictionary of argumentation: an introduction to argumentation studies*. Milton Keynes: Lightning source, 2018.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. *O conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade*. 2015. 273f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2015.

QUEM É CABO DACIOLO? Saiba mais sobre o candidato que roubou a cena no debate. *Último Segundo*. 10 de ago. 2018. Disponível em : <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-08-10/cabo-daciolo-debate.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

REALE, Giovanni et ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: a filosofia pagã antiga*, v. 1. São Paulo: Paulus, 2005c.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 48, v. 17, 2002, p. 31-47.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100004>

SANTOS, Frederico Rios C. dos. *A Retórica da Guerra Cultural e o Parlamento Brasileiro: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3jov2Q4>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SANTOS, Frederico Rios C. dos. O que se entende por Retórica da Guerra Cultural. *Domínios de Linguagem*, p. 1-48, 5 maio de 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/2YZqHuO>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOUÇY, Robert. Fascism. *Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/fascism>. Acesso em: 18 fev. 2019.

TRINDADE, Hélgio. *O nazi-fascismo na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

ZUCCO JR., Cesar. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidentialist settings. *Journal of Politics*, Arizona, v. 71, n. 3, 2009, p. 1076-1092. <https://doi.org/10.1017/S0022381609090896>

---

## Frederico Rios C. dos Santos

Doutor em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil; pesquisador na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil.

---

## Endereço para correspondência

Frederico Rios C. dos Santos

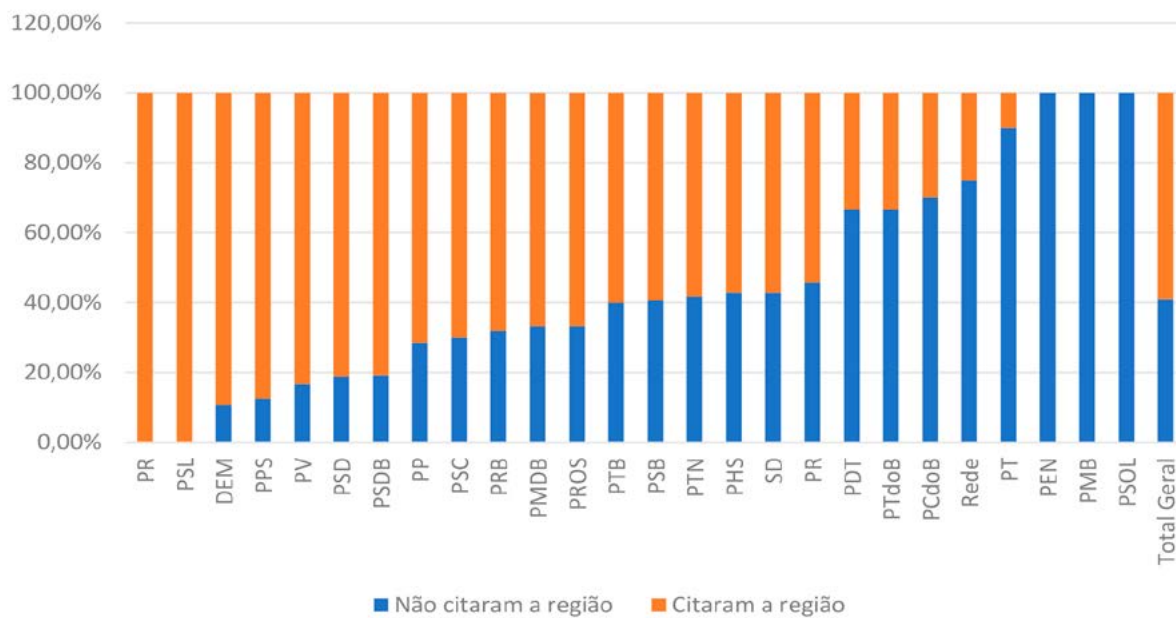
Universidade de São Paulo

R. da Reitoria, 374

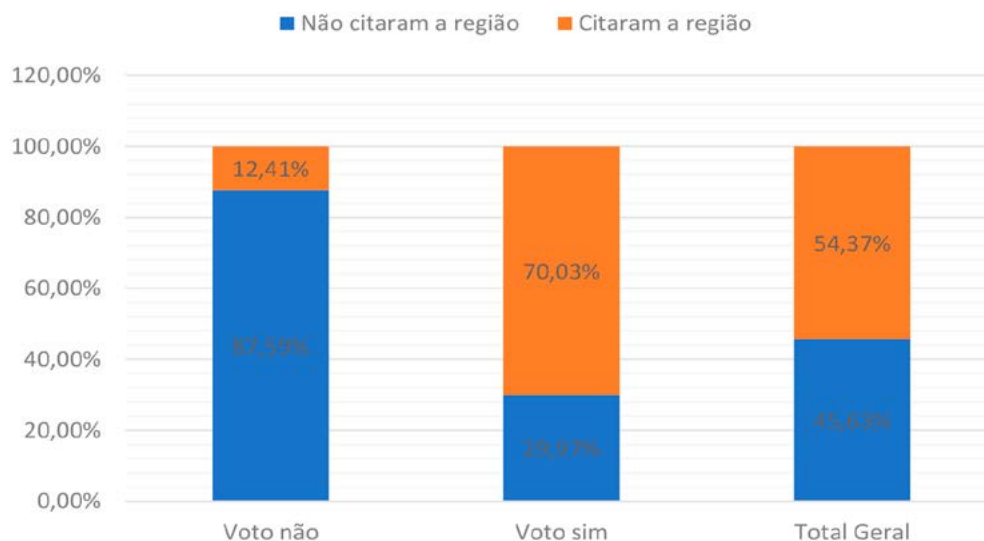
Cidade Universitária, Butantã, 05508-220

São Paulo, SP, Brasil

## ANEXO

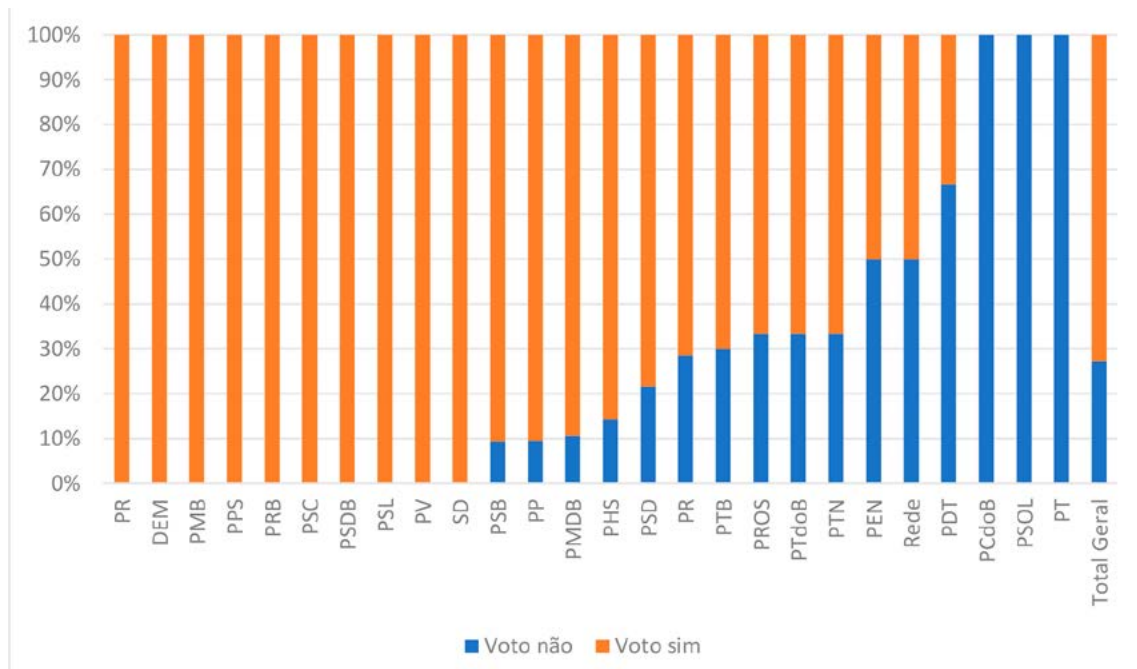
**Gráfico 1** – Nacionalismo/regionalismo por partido

Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 2** – Nacionalismo/regionalismo por voto

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 3 – Votação por partido



Fonte: elaboração do autor.